



ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Pedrossian Neto e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta, de forma presencial, a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura das atas das sessões anteriores.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *“Ata da Sexta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Nove da Quinta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Rafael Tavares, Renato Câmara, João Mattogrosso, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Junior Mochi, Lidio Lopes e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gerson Claro e Amarildo Cruz. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Alípio Miranda dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Antonio Caetano de Carvalho; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos familiares de Ivoney Assad Villa Maior; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao pequeno Júnior Barem, pelo ato de bravura de doação de medula óssea para sua irmã, Hilary; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à senhora Stéphanie Ferreira, por ser a nova presidente da Comissão Nacional das Mulheres do Agro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); requerimento, de autoria dos deputados Zeca do PT, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Amarildo Cruz, Antonio Vaz, Coronel David, Gerson Claro, Jamilson Name, João Mattogrosso, João Henrique, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Rafael Tavares, Renato Câmara e Roberto Hashioka, solicitando a criação da*



*Frente Parlamentar para o Acompanhamento da Rota Biocênica, na qual atuarão de maneira unificada, em função de interesses comuns, independentemente de partido político a que pertençam, sob a coordenação do autor do presente requerimento; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Coronel David, Junior Mochi, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Renato Câmara, João Mattogrosso, Zé Teixeira e Antonio Vaz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três". "Ata da Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado pediu o levantamento da Sessão Ordinária, em razão do falecimento da professora Therezinha Mandetta Trad. Por solicitação do presidente, foi apresentada uma moção de pesar de autoria da Casa, prestando solidariedade aos familiares, em nome do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi aprovado, em discussão única e votação simbólica, o levantamento da presente Sessão e a declaração de luto desta Casa. O senhor presidente, deputado Gerson Claro, com base nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, levantou a Sessão em razão do falecimento da professora Therezinha Mandetta Trad, em homenagem à sua memória. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de fevereiro do ano dois mil e vinte e três". Foram lidas as atas, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão as atas lidas. Não havendo quem queira impugná-las, dou-as por aprovadas. Convido o deputado Pedrossian Neto para assumir a primeira-secretaria para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedrossian Neto - PSD) — Bom dia, senhor presidente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de 2023: Ofício nº 96/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name; Ofício nº 14/2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, encaminhando celebração do Convênio Plataforma nº 936513/2022 (333/2022 – DEPEN/MJSP); Ofício nº 174/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo; Ofício nº 262/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira; Ofício nº 1/2023, do grupo Conservadores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, comunicando à Mesa Diretora a formação do grupo denominado Conservadores;



Ofício nº 9.394/2023, da Procuradoria-Geral do Município de Ponta Porã, encaminhando declaração de situação de emergência nas áreas daquele município, afetadas por chuvas intensas; Ofício nº 23/2023, da Prefeitura Municipal de Ivinhema, encaminhando pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública no município, afetado pelas chuvas intensas. Foi lido o expediente da Sessão Ordinária, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, companheiros da Mesa, senhores e senhoras deputados, companheiros, companheiras, nosso líder, deputado Londres Machado. Senhor presidente, quero apresentar dois requerimentos e uma indicação. Propus a reconstituição da Comissão Especial de Acompanhamento da Rota Bioceânica. Semana passada, deputado Pedrossian Neto, um amigo meu fez a viagem e faltam exatamente duzentos quilômetros em território paraguaio para concluir o asfaltamento de toda a região, de todo o trajeto em território paraguaio, já licitado e que deve começar em março. Portanto, mais do que nunca, senhor presidente, é importante nós nos apropriarmos, definitivamente, desse tema. Por isso, estou apresentando um requerimento para que seja deliberado, evidentemente pelo Plenário, um convite ao ilustríssimo ministro de carreira diplomática do Ministério de Relações Exteriores, Carlos Alberto Parkinson de Castro. Conversei pessoalmente hoje de manhã com ele, que se dispôs a vir e fazer uma exposição nesta Casa de todas as dificuldades que, no momento, precisam ser superadas, particularmente com relação à fiscalização e à liberação das cargas em trânsito na Rota Bioceânica. Então, é um convite ao ministro Carlos Alberto Parkinson, pela Mesa, para vir a esta Casa fazer uma exposição. Segundo requerimento, senhor presidente. É para fazer um convite ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Elias Verruck, para que venha aqui fazer uma exposição sobre quais medidas o governo tem adotado, nos últimos tempos, pelo menos, para resolver ou amenizar a problemática que está acontecendo na região de Bodoquena e Bonito com relação às águas calcárias daquela região, que é um grande patrimônio deste estado. Eu sei que o governo do estado, desde o governo do Reinaldo e, agora, com o governador Eduardo Riedel, tem tomado uma série de iniciativas, mas, temos que exigir outras como, por exemplo, o plantio direto, deputado Pedro Kemp, curva de nível, bacia de contenção e que seja respeitado o limite de cinquenta metros de mata ciliar que, infelizmente, segundo as informações que tenho, não tem sido respeitado. Não somos contra, senhor presidente, e o senhor está ao lado de um grande deputado lavoureiro, o deputado Zé Teixeira. Não somos contra o plantio e a ampliação da lavoura, mas temos que cuidar do meio ambiente sob pena de os nossos filhos e netos não poderem ver isso tudo. Por último, uma indicação à Mesa, pedindo que seja encaminhado expediente ao senhor Humberto Melo Pereira, secretário executivo da Agricultura Familiar, para atender os pequenos produtores rurais do município de Caracol com patrulha mecanizada. Para encerrar, senhor presidente, quero pedir aos nobres deputados e deputadas que quiserem participar, porque está pronta a proposta da CPI da Missão



Caiuá, para podermos trazer para esta Casa um outro grande debate. As comunidades indígenas, Deputado Londres... Segundo informações que temos, a maior população indígena do Brasil vive à mercê da própria sorte e é preciso que esta Casa se aproprie também desse debate. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Predrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora e nobres colegas deputados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Domingos Sahib Neto, acerca da necessidade de manutenção da avenida Gunter Hans, especialmente no trecho que dá acesso ao Hospital Adventista do Pênfigo. O pedido de manutenção da via foi realizado pela gestão do Hospital do Pênfigo, localizado na avenida Gunter Hans, no bairro Jardim Pênfigo, em Campo Grande. A referida unidade hospitalar atende exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive de outros municípios do Interior, e tem grande relevância na prestação de serviços de saúde. A via de acesso ao hospital encontra-se, atualmente, sem manutenção, o que gera grande risco de acidentes, diante do intenso fluxo de veículos, inclusive ambulâncias, sendo indispensável direcionar os serviços de manutenção, já contratados pela secretaria competente para esse trecho específico. Segunda indicação, senhor presidente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística, solicitando a manutenção do trecho da rodovia BR-262, conhecida como Estrada Parque, no distrito de Piraputanga, no município de Aquidauana. Trata-se de um pleito encaminhado pelos moradores da região e pelos turistas que passam pelo local, que se encontra sem qualquer infraestrutura, pois o referido trecho não tem pavimentação ou manutenção recente. A Estrada Parque Piraputanga foi reconhecida pelo Imasul como Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo o instituto, essa área de proteção ambiental foi criada em 2000 e compreende o trecho de quarenta e dois quilômetros e quinhentos metros contínuos de estrada, entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, com belezas cênicas, singulares e atrativos naturais. A Estrada Parque de Piraputanga é constituída de cerrado e serras, sendo habitat de inúmeras espécies de animais. O trecho indicado é via de acesso a diversas pousadas, hotéis e resorts, sendo de grande importância para o ecoturismo local. Trata-se de trecho sem qualquer pavimentação ou manutenção, que justifica intervenção do poder público estadual. Então, eram essas as considerações, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PSDB) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, membros da Mesa e nobres colegas. Algumas indicações, no dia de hoje, para a Prefeitura de Campo Grande, encaminhadas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos



Sahib Neto, solicitando a limpeza das calçadas e toda área pública que circula o terreno que está entre as avenidas Marquês de Herval, Santa Luzia e Aracruz, no bairro Estrela Dalva. No bairro Mário Covas, solicitando a implementação de luminárias na rua Paca, 173; na esquina da rua Leandro da Silva Salina com a rua Paca; e na esquina da rua Iemen com a rua Paca. No bairro Tijuca, solicitando um patrolamento e encascalhamento da rua Monalisa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar um projeto de lei que reconhece os portadores de fibromialgia como pessoas com deficiência no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica estabelecido que as pessoas portadoras de fibromialgia serão consideradas possuidoras de impedimento de longo prazo de natureza física, que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Artigo 2º - Assegura-se ao portador de fibromialgia os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiências. Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Tendo como principal característica a dor crônica, que migra por diversos pontos do corpo, manifestando-se especialmente nos tendões e nas articulações, a fibromialgia ainda não tem cura e suas dores podem ser intensas e incapacitantes, podendo deixar graves sequelas físicas. De acordo com especialistas, trata-se de uma patologia relacionada ao sistema nervoso central e ao mecanismo de supressão da dor, atingindo, em 90% dos casos, mulheres entre trinta e cinco e cinquenta anos, mas, podendo acometer crianças, adolescentes e idosos. Estudos recentes, realizados pela UFRJ, apontam que no Brasil há uma estimativa de que existam, aproximadamente, quatro milhões de pessoas com fibromialgia e a falta de tratamento pode impactar negativamente a vida dos pacientes, implicando restrições na qualidade de vida, inclusive nos aspectos social, profissional e afetivo, podendo resultar em casos graves de depressão. Portanto, queremos que, com esse projeto de lei, as pessoas com fibromialgia sejam reconhecidas como pessoas com deficiência e que, a partir daí, possam desfrutar de alguns benefícios estendidos às demais pessoas com deficiência. Também senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a disponibilização de um ônibus escolar para o transporte exclusivo dos alunos da Escola Estadual Arcenio Rojas, localizada no município de Caarapó, durante o período de reforma da sua sede. Também quero apresentar uma moção de pesar, encaminhada aos amigos e colaboradores do Cotelengo Sul-Mato-Grossense, em razão do falecimento do Padre André Giuseppe Scaglia, fundador da instituição. De origem italiana, o padre André chegou ao Brasil com dezoito anos, quando iniciou suas missões pelo País. Teve a sua carreira destacada pelo trabalho social, principalmente pela fundação do Cotelengo Sul-Mato-Grossense, entidade que atende crianças e adultos com paralisia cerebral grave aqui em Campo Grande. Padre André nos deixou no dia 25 de fevereiro de 2023, em razão de um câncer. Esta Casa de Leis expressa a sua solidariedade com todos os colaboradores do Cotelengo Sul-Mato-Grossense neste momento, rogando a Deus o conforto e a proteção dos enlutados. Por último, uma



moção de pesar endereçada aos familiares, amigos, à comunidade acadêmica e à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em razão do falecimento da senhora Lucy Nunes Ratier. Psicóloga, professora, doutora do curso de Psicologia, falecida no dia 26 de fevereiro de 2023. Minha querida e estimada professora do curso de Psicologia. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Gostaria de cumprimentar, em seu nome, os nossos deputados da Mesa, os nobres pares e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Indico à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao senhor presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Janine de Lima Bruno, solicitando a implementação de um redutor de velocidade em frente ao Colégio Bionatus II, localizado na rua Manoel Inácio de Souza, 196. E também uma moção de pesar, em razão do falecimento do padre André Giuseppe, aos setenta e nove anos, fundador do Cotelengo Sul-Mato-Grossense, em Campo Grande. O sacerdote era um religioso orionita e um dos grandes incentivadores da obra. Indico à Mesa, na forma regimental, em conformidade com o artigo 160, parágrafo 6º, e artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao chefe do Executivo Estadual, governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia à secretária de estado de Administração e Desburocratização, senhora Ana Carolina Araújo Nardes, solicitando a realização de estudo de viabilidade no tocante à implementação e regulamentação do regime de jornada de trabalho, no âmbito da administração direta e autárquica no estado de Mato Grosso do Sul, como sendo a modalidade de prestação na jornada laboral, em que o servidor ou empregado público execute parte ou totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas de seu órgão ou de sua lotação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, acho que é de comum acordo, porque todos os senhores deputados têm ações no Cotelengo... O padre que fundou o Cotelengo faleceu, gostaria de solicitar ao deputado Pedro Kemp, com a licença do deputado João Mattogrosso, que fizéssemos essa moção de pesar em nome da Casa, em função da importância de um projeto que foi pensado lá atrás e que, efetivamente, foi o padre André o grande articulador para que existisse o Cotelengo, se Vossa Excelência permitir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo objeção, a moção será realizada em nome da Casa. Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros colegas deputados e deputadas, senhoras e senhores e telespectadores da TV Assembleia. Primeiramente, gostaria de apresentar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da



senhora Anna Bárbara Remelle, matriarca da família Remele, pioneira de Nova Andradina, falecida em 21 de fevereiro de 2023. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado Estadual Roberto Hashioka, manifesta a sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares e amigos da senhora Ana Bárbara Remele. Descendente de portugueses, nasceu em um navio em 28 de junho de 1930, entre Portugal e Brasil. Registrada no município de Mogi das Cruzes, por muitos anos residiu no oeste paulista, em Presidente Prudente, tendo chegado a Nova Andradina somente em 1966. Com forte presença familiar, sempre se dedicou à educação dos filhos Ademir, Alcemir, Alda, Adilson e Altermir, enquanto o esposo, Alcides, exercia suas atividades laborais nas empresas dos 'Irmão Bongiovane', que detinham um estabelecimento madeireiro e uma propriedade rural na região do bairro Escolinha. Ao fincar raízes nessa importante área rural, a família contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento local e, pioneira, construiu um legado de trabalho e de serviços prestados naquela comunidade, tanto que em 1970, possuiu uma propriedade próxima ao referido bairro. Assim, ao manifestar nosso apreço por contribuir de forma expressiva na construção da identidade e da história local, encaminhamos a presente moção. Rogamos ainda que Deus conforte a todos neste momento de pesar e profunda tristeza”. A segunda moção pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Nelsi João Perlin, policial civil aposentado e ex-vereador do município de Batayporã, falecido em 21 de fevereiro de 2023. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado Roberto Hashioka, manifesta a sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares e amigos do senhor Nelsi João Perlin. Nascido em 4 de fevereiro de 1957, atualmente aposentado no cargo de policial civil, com mais de trinta anos dedicados à profissão, especialmente na segurança pública da população de Batayporã, onde atuou por muitos anos. Foi eleito vereador do município de Batayporã por três oportunidades, sendo os mandatos nos anos de 1997 a 2000, de 2001 a 2004, e de 2013 a 2016, nos quais sempre trabalhou com seriedade, honestidade e responsabilidade em prol da sociedade batayporãense. Deixou esposa, senhora Santana Teixeira Barbosa, dois filhos, dois netos e, sem dúvidas, grandes amigos. Assim, ao manifestar nosso apreço por contribuir de forma expressiva e dedicada ao bem-estar da coletividade, encaminhamos a presente moção. Rogamos ainda que Deus conforte a todos nesse momento de pesar e profunda tristeza”. Por último, uma indicação. Indico à Mesa, de forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando que seja realizada a restauração asfáltica da rodovia MS-480, no município de Anaurilândia. A indicação trata de restauração asfáltica da rodovia MS-480, entre o entroncamento da MS-276 (rodovia José Xavier Prates) até o Posto Fiscal Ofaié, com aproximadamente dezoito quilômetros de extensão. O trecho da rodovia apresenta grande número de buracos e deformações (ondulações) na pista de rolamento, que, inclusive, tem provocado acidentes. Destaco que a MS-480 é rota de ligação entre o estado de Mato Grosso do Sul e os estados de São Paulo e Paraná,



sendo a porta de entrada e saída do Centro-Oeste para a Região Sul do País e ao Porto de Paranaguá. Ademais, esta é uma reivindicação que visa garantir melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários. Muito obrigado, senhor presidente. Era só isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Senhor presidente, gostaria de fazer a indicação, pelo Bloco 2, da deputada Mara Caseiro e do deputado João Cesar Mattogrosso à CCJR.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, como líder do Bloco 2, em nome da deputada Mara Caseiro e do deputado João Cesar Mattogrosso para a CCJR.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. Eu tenho um projeto de lei que institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual do Artista Visual, em homenagem a Izulina Gomes Xavier e Isaac Oliveira. Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual do Artista Visual, em homenagem a Izulina Gomes Xavier e Isaac de Oliveira, a ser comemorado anualmente todo o dia 18 de abril. O Dia Estadual do Artista Visual em homenagem a Izulina Gomes Xavier e Isaac Oliveira entrará no Calendário Oficial de Eventos do Estado, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. O projeto de lei visa instituir o Dia Estadual do Artista Visual em homenagem aos grandes artistas Izulina Xavier e Isaac Oliveira. Izulina Xavier nasceu em 18 de abril de 1925, em Simões, estado do Piauí. Em 1944, mudou-se para Corumbá. Autodidata, Izulina começou moldando cerâmica, talhou madeira, até esculpir concreto. É de 2004 uma das maiores obras que já se incorporou à paisagem e ao acervo cultural de Corumbá: o Cristo Rei do Pantanal e Via-Crucis, instalados no Morro do Cruzeiro. Além de artista visual, Izulina escreveu livros, romances, histórias infantis e produzia músicas. Isaac de Oliveira, por sua vez, nasceu em Itajuípe, no estado da Bahia, passando sua infância, adolescência e juventude em Campinas, São Paulo. Esse baiano de alma sul-mato-grossense teve um papel relevante no crescimento cultural do estado de Mato Grosso do Sul, buscando criar identidade com grupos e movimentos sul-mato-



grossenses, exposições e salões em diversas cidades. A partir dos anos 1980, suas obras de arte passaram a ter uma influência regional, com a pintura de pássaros do cerrado quase que abstrata, pintura de índios e animais da natureza, tornando-se, assim, extremamente conhecido. Isaac de Oliveira faleceu em setembro de 2019, em decorrência de um câncer de pulmão. O artista, ícone das artes plásticas de Mato Grosso do Sul, deixou um legado de infinitas obras de artes que retratam a beleza do nosso estado, como a pintura dos ipês, araras, diversos pássaros, vários tipos de peixes, frutas, entre outros. Esse projeto de lei, desse modo, tem o objetivo não apenas de eternizar o nome desses grandes artistas visuais de nosso estado, mas, sobretudo, homenagear todos que, de modo semelhante, exercem esse delicado, sensível e belo ofício. Seja com cerâmica, desenho, pintura, escultura, gravura, design, artesanato, fotografia, vídeo, produção cinematográfica, arquitetura, criando obras que são eternas. Diante de sua importância, conto com o apoio dos nobres deputados. Também tenho, senhor presidente, uma moção de congratulação ao coronel Everson Antônio Rozeni, por ter assumido o Comando do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) do estado de Mato Grosso do Sul, que após aprovada a moção poderá ser assim redigida: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, congratula com satisfação e orgulho, por meio de propositura formulada pela deputada estadual Mara Caseiro — também assinada pelo deputado Coronel David —, o Coronel QOPM Everson Antônio Rozeni, por ter assumido o comando do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) no estado de Mato Grosso do Sul. A missão de proteger a sociedade que habita nas fronteiras de nosso estado, por meio de unidade policial que é referência nacional e internacional na prevenção e repressão imediata aos crimes transfronteiriços, é tarefa de mais alta complexidade, motivo pelo qual a escolha de pessoas capazes, proativas e idôneas é determinante para que tais objetivos sejam alcançados. Diante disso, além de congratular o novo comandante do DOF, desejo-lhe sorte para o exercício do mandato que lhe foi confiado pelo governo do estado, com a certeza de que a população dos municípios que fazem fronteira seca, nos mil, quinhentos e quatorze quilômetros de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia abrangendo, inclusive, uma extensa área rural, estarão plenamente assegurados com a atuação desse importante departamento. Tenho três indicações, todas para o governador Eduardo Riedel. A primeira, com cópia para o secretário de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando o aumento de agentes penitenciários para atender o estabelecimento penal de Cassilândia. As outras duas, com cópias para a Secretaria de Infraestrutura e Logística e para a Agesul, solicitando, urgentemente, o patrolamento e encascalhamento da estrada vicinal denominada Estrada do Simão, localizada às margens do rio Aquidauana, no município de Dois Irmãos do Buriti; e, também, solicitando a substituição da ponte de madeira sobre o rio Mimoso, na MS-340, nos municípios de Bandeirantes e Rio Negro. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas, todos que acompanham a nossa Sessão. Senhor



presidente, quero apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à diretoria do Hospital de Câncer de Campo Grande — Alfredo Abrão (HCAA) — Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS), solicitando envio de informações. Na verdade, é um requerimento, mas a minha assessoria colocou aqui em cima como indicação. É um requerimento, tanto que está requerendo. Considerando as notícias de uma paralisação iminente dos atendimentos aos pacientes com câncer; considerando a alta demanda de serviços em saúde para tratamento de pacientes com câncer, requer-se o envio das seguintes informações. Primeiro item, informar o custo mensal do hospital envolvendo: a) contratualização dos serviços; b) informar a quantidade de atendimentos contratualizados, c) informar a quantidade de atendimentos realizados; d) despesas com medicamentos; e) folha de pagamentos dos funcionários; f) folha de pagamentos da diretoria. Segundo item, informar o valor da contratualização dos hospitais especificando os valores recebidos da União, do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande. Terceiro item. Esclarecer se há pendência dos recebimentos de algum dos valores da contratualização. Quarto item. Informar se ocorreu alguma tratativa para reajustamento dos valores contratualizados, enviar cópias e documentos referentes a essas tratativas. Ficamos no aguardo, senhor presidente, dentro do prazo regimental, da resposta desse requerimento. Mais um requerimento, desta vez reiterando, pela quarta vez, um requerimento que deve ser encaminhado ao secretário de estado de Infraestrutura, com cópia autônoma ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania para que possam... Desde já, requeiro à Mesa Diretora a aplicação das consequências previstas no artigo 54 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 173 do Rial, em função de ser uma reiteração pela quarta vez... Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 174 do Rial, parágrafo 2º, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, Renato Marcílio da Silva, para que apresente resposta, no prazo de setenta e duas horas, ao questionamento que se encaminha. Considerando que o Teatro Aracy Balabanian, no Centro Cultural José Otávio Guizo, está em reforma desde o mês de maio de 2016, pergunta-se qual o total dos recursos financeiros já utilizados na reforma do Teatro Aracy Balabanian, informar o prazo atual para a conclusão das reformas do teatro e informar os nomes dos responsáveis técnicos pela reforma e informar o valor financeiro previsto para a conclusão das referidas obras. Na verdade, é um encaminhamento e eu estou vendo, mais uma vez... Quero pedir escusas aqui, senhor presidente, a minha assessoria colocou o secretário Renato Marcílio da Silva, mas é o secretário Hélio Peluffo, o secretário de Infraestrutura do Estado. Quero chamar atenção porque é a quarta vez que apresento requerimento nesse sentido. É a quarta vez! Então estou deixando público que, obviamente, vamos tomar as medidas, que compete a este deputado tomar, em função do governo insistir em não responder, não prestar essas informações que já foram requeridas e estão sendo requeridas pela quarta vez. Já estou deixando claro aqui, o não atendimento ao presente expediente, no prazo nele estipulado, resultará na convocação do secretário de estado, nos termos do artigo 54 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 173, inciso II, do Regimento desta Casa. Queria pedir ao líder do governo, deputado Londres Machado, pedir ajuda da bancada e também do PSDB, dos demais deputados, para que, juntos, possamos integrar essa base e que façamos um esforço... Integrar a base não significa que



vamos ficar aqui, por exemplo, fazendo requerimento e não ter retorno para os nossos requerimentos. Então, é um esforço conjunto para que nós possamos ter respostas a este questionamento que estamos fazendo. Queremos saber “a quantas andam essa obra” que, desde 2016, é uma lenda! Estamos praticamente há sete anos sem resposta. É um direito da comunidade ligada à cultura e da população, de uma maneira geral, saber a previsão de término e como foi dado o andamento com relação aos custos, aos gastos, às despesas feitas para conclusão dessa obra. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, quero aqui requerer à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à equipe da Polícia Rodoviária Federal, que realizou, no município de Sidrolândia, a maior apreensão de cocaína da história do País. Um prejuízo de trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais ao crime organizado. A Polícia Rodoviária Federal descobriu esse volume estrondoso de drogas graças à equipe do GOC-MS e aos cães K9 Thor e K9 Amélia. A Polícia Rodoviária Federal vem fazendo um serviço extraordinário que deve ter reconhecimento, senhor presidente, pelos números elevados e pelo aumento exponencial... [Isso se iniciou] no governo Jair Bolsonaro, em razão da parceria construída e da valorização com a instituição. Quero aqui dizer que as apreensões em número de toneladas de maconha, de 2017 para 2019, mais do que triplicaram; também de cocaína, cito aqui o número em 2017, em toneladas, dez mil toneladas, passou a vinte mil, vinte e seis mil, trinta e um mil, terminou com trinta e cinco mil e trinta e sete. Digo isso para que possamos reconhecer o trabalho, a capacidade da Polícia Rodoviária Federal, aprender com eles, trocar informações e fazer com que essa instituição continue sendo valorizada e respeitada no Brasil. Um prejuízo de trezentos e cinquenta e quatro milhões ao crime organizado! Dinheiro que está sendo tirado dos cofres públicos, porque, na medida em que eles vendem esse volume de droga, trazem prejuízos à família brasileira e o estado precisa gastar — e muito! — para recuperar os estragos que esses criminosos, bandidos vêm fazendo ao nosso País com essa política de drogas. Senhor presidente, quero aqui render as minhas mais profundas e sinceras homenagens à Polícia Rodoviária Federal pela apreensão, pela maior apreensão histórica de drogas, em nosso estado de Mato Grosso do Sul. Parabéns PRF!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, lideranças e imprensa, bom dia! Faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar algumas indicações, também um requerimento de criação de comissão de representação e um projeto de lei. As indicações, a maioria delas, destinadas ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e também ao diretor-presidente da Agência de Gestão e Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando reparo na malha viária, na MS-



435, especificamente no trecho conhecido como Serra do Areado, em atendimento à solicitação do vereador Luizinho Freitas, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. Também para viabilizar o encascalhamento da MS-429, da MS-142 e da MS-430, também em atendimento à solicitação do vereador Luizinho Freitas, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. Indicação solicitando a viabilização do patrolamento e encascalhamento da MS-339, via de acesso à aldeia Alves de Barros, em atendimento à solicitação da Câmara Municipal de Bodoquena, por intermédio de proposição do vereador Airton Ferreira Marques. Indicação ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, para que verifique a possibilidade de criação do Grupamento da Polícia Militar (GPM) no distrito de Campo Verde, no município de Terenos, zona rural, região onde há duas agrovilas. Envolve os assentamentos Santa Mônica, Patagônia e Campo Verde, comunidades com aproximadamente seis mil pessoas. Uma moção de pesar, pelo falecimento de Aurelino João da Silva, servidor público municipal do município de Coxim, no último dia 23 de fevereiro. Se aprovada, a moção deverá ser redigida de acordo com o que se segue. Senhor presidente, quero apresentar um requerimento sobre um tema, que já vinha sendo tratado por mim desde as sessões anteriores, em razão da audiência pública já definida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, que será realizada no dia 22 de março próximo, presencialmente ou por videoconferência, tendo ela a finalidade de discutir o processo de relicitação do trecho da BR-163, a partir do entroncamento com a MS-262, até a divisão dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, na ponte do rio Correntes. Essa rodovia, extremamente importante, é a principal artéria rodoviária de Mato Grosso do Sul. Já havíamos feito a solicitação para enviar à ANTT e ao Ministério do Transportes a indicação para obter informações sobre o processo de relicitação e recebemos a notícia de que dia 22 de março será realizada a audiência pública. Solicito que esta Casa de Leis, por representar a sociedade sul-mato-grossense — e também por ser essa rodovia a artéria principal do nosso estado, cortando o estado de norte a sul, nos seus oitocentos e quarenta quilômetros de extensão — crie e indique uma comissão de representação, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, composta por três membros para acompanhar, ter voz nesta audiência pública que se realizará no dia 22 de março. É esse o requerimento, senhor presidente, para que a Assembleia Legislativa possa estar acompanhando, através da sua representação, formada por três parlamentares a ser indicado obviamente pela Mesa Diretora. Por fim, senhor presidente, trago aqui um projeto de lei que altera o parágrafo primeiro, do artigo 1º, da Lei nº 3.140, de 20 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o repasse dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Rodoviário do Estado de Mato Grosso Sul aos municípios, na forma que especifica. O parágrafo 1º, do artigo 1º dessa lei, passa a ser redigido com a seguinte redação: “Parágrafo 1º - Os valores retidos na forma da Lei nº 1.962/1999, serão repassados aos municípios de acordo com a extensão da malha viária municipal que possuírem”. A discussão, e explanação, acerca da importância desse projeto eu farei por ocasião da utilização do Grande Expediente, se me for permitido hoje ou nas sessões subsequentes. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado.



DEPUTADO LONDRES MACHADO (MDB) — Eu gostaria de pedir destaque do requerimento do ilustre deputado João Henrique, Requerimento nº 356/2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o pedido de destaque do Requerimento nº 356/2023. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, todos os senhores e senhoras que prestigiam a nossa Sessão. Apenas para encaminhar algumas indicações. A primeira delas, solicitando o recapeamento, mais precisamente os serviços da Operação Tapa-Buraco na MS-040. Esse trecho entre Campo Grande e Santa Rita do Pardo, nesse período de Carnaval, estive viajando por essa estrada que, realmente, está com muitos problemas. Lamentavelmente, na semana retrasada, houve um acidente fatal, em que uma família, infelizmente, foi morta: pai, mãe e duas crianças, justamente na MS-040. Solicito ao secretário Hélio Peluffo a tomada de providências, porque essa situação, realmente, causa muita preocupação. A segunda, senhor presidente, eu quero encaminhar ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando a Operação Tapa-Buraco na rua Galeão, esquina com a Raquel de Queiroz. Uma solicitação do Beto, gerente do supermercado Pires e de toda aquela comunidade que, realmente, sofrem com o transtorno causado pelas condições daquela rua. Uma moção de congratulação ao apóstolo Elias Gomes, pelos doze anos de ministério aqui de Campo Grande e também pelo lançamento do livro Revitalize. Isso aconteceu nesse fim de semana e tive a oportunidade de participar. Encaminho ao amigo apóstolo Elias Gomes, essa moção de congratulação. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Coronel David, conforme solicitado por Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, nobres pares e todos que acompanham a Sessão. Tenho aqui a solicitação de criação de duas frentes parlamentares e posso dizer que recebeu a assinatura de quase a totalidade dos deputados estaduais. A Frente Parlamentar de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, que já existia nesta Casa e que nós estamos renovando os membros para tratar da discussão, propor solução aos crimes ocorridos na fronteira e aos problemas que afetam o sistema penitenciário. E a Frente Parlamentar de Defesa do Direito de Propriedade. E gostaria de ler aqui: “Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar de Defesa do Direito de Propriedade com o propósito de debater, discutir, propor, buscar soluções e acompanhar a execução de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento mais eficaz quanto às invasões de propriedades ocorridas em nosso estado”. Cabe dizer, senhor presidente, que tive, inclusive, o apoio dos deputados Zeca do PT e Amarildo Cruz, que assinaram, juntamente com os outros deputados, a criação dessa frente parlamentar. É extremamente importante pelo momento em que



vivemos e esta Casa não pode deixar de acompanhar e de participar, juntamente com as entidades e o governador do estado, na busca de soluções para esse problema. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. Trago a esta Casa, hoje, um requerimento. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 101 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a criação da Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, cujo ato de criação deverá conter a seguinte redação: "Cria a Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família. Artigo 2º - A Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família tem como objetivo defender e garantir as políticas em defesa dos valores da família, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo único - A Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família terá caráter suprapartidário, tendo por objetivo reunir todos os parlamentares desta Casa comprometidos com o objetivo de promover o debate dos valores da família". O presente projeto visa criar a Frente Parlamentar em Defesa da Família tendo em vista os inúmeros casos de tragédias ocorridas nas famílias, como pais que matam os filhos, e vice-versa, como outras causas em que se tem perdido o valor da família. Essa frente parlamentar terá como objetivo realizar campanhas, seminários e tudo que envolva a defesa da família buscando sempre a valorização da mesma. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares. É o que tenho para hoje, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por último, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, assessoria, imprensa e todos que nos assistem. Indicações e um projeto de lei. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando realização de estudo para que seja implantada uma lombada elevada nas proximidades da Escola Ativa, na avenida Salgado Filho, 651, no bairro Amambaí. Outra indicação para a prefeita Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto, solicitando a realização da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da avenida Dona Otília Barcelos, no jardim Jacy. Um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimento de atendimento veterinário que constatarem indícios de maus-tratos aos animais atendidos em comunicar o fato, de imediato, à Polícia Civil ou a outros órgãos competentes. Os responsáveis por estabelecimento de atendimento veterinário, incluindo pet shops, clínicas e estabelecimentos que comercializem



medicamentos, ficam obrigados a notificar a Polícia Civil de Mato Grosso do Sul através da Delegacia Especializada de Repreensão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista (Decad), do Ibama, da Vigilância Sanitária e controle de Zoonose, do Ministério Público Federal e os outros órgãos competentes, como também a Polícia Militar Ambiental e a notificação terá que ser feita com nome e endereço da pessoa que estiver acompanhando o animal no momento de atendimento. No relatório do atendimento devem constar a espécie, a raça e as características físicas do animal, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados. Uma moção de congratulação à Polícia Rodoviária Federal, que realizou a apreensão de uma tonelada e novecentos quilogramas de cocaína e prendeu o condutor do caminhão que transportava a droga, na tarde dessa segunda feira, dia 27 de fevereiro, em Sidrolândia. Essa é a maior apreensão de cocaína da história da PRF em Mato Grosso do Sul. Nossos parabéns à Polícia Rodoviária Federal. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, para finalizar, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos aqueles que nos honram com a sua presença neste Plenário e também que nos assistem através da TV Assembleia. Gostaria de fazer aqui duas indicações e as faço requerendo à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando estudos de viabilidade para a realização da Operação Tapa-Buraco na MS-295, denominada Guairá-Porã, entre os municípios de Eldorado e Ponta Porã. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padece com seu precário estado de conservação. A MS-295, denominada de Guairá-Porã, é um importante corredor de escoamento da produção de grãos dos municípios da região que, na maioria das vezes, segue o caminho até o Porto de Paranaguá, no Paraná. Devido ao período de colheita e às chuvas constantes na região, e ao intenso tráfego de veículos de pequeno e grande porte, essa rodovia necessita de recuperação, visando facilitar o acesso às propriedades rurais, ao transporte de alunos e à entrega de insumos agrícolas. Portanto, devido ao grande número de veículos que utilizam essa via diariamente, faz-se necessária sua recuperação, bem como sua manutenção constante, sempre com o objetivo de garantir a tão almejada segurança no trânsito. Na verdade, se pudesse ser recapeada toda essa via, senhor presidente, porque já faz mais de oito anos que ela foi recapeada. Segunda indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando que seja feito um estudo de viabilidade para duplicação da rodovia MS-141, desde o trevo da Adecoagro, no município de Ivinhema, até a usina Adecoagro, no município de Angélica. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações do chefe de gabinete da Prefeitura do Município de Ivinhema, o senhor José Wilson da Silva. A rodovia supracitada possui alto fluxo de veículos, inclusive de grande porte,

por conta das usinas de etanol de Angélica e Ivinhema, fazendo com que o trânsito se torne complicado e lento, resultando em inúmeros acidentes, inclusive com várias vítimas fatais. A duplicação se faz necessária, uma vez que se trata de trecho de importante fluxo e logística; com isso, a referida melhoria facilitará o trânsito viário, trazendo mais segurança aos usuários. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Amarildo Cruz: sete indicações (Prot. nºs 00415/2023, 00413/2023, 00416/2023, 00417/2023, 00412/2023, 00419/2023, 00411/2023); um requerimento (Prot. nº 00414/2023). De autoria do deputado Antonio Vaz: um requerimento (Prot. nº 00467/2023). De autoria do deputado Coronel David: Treze indicações (Prot. nºs 0407/2023, 00409/2023, 00410/2023, 00408/2023, 00381/2023, 00358/2023, 00359/2023, 00360/2023, 00361/2023, 00362/2023, 00363/2023, 00379/2023, 00364/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00405/2023); uma moção de pesar (Prot. nºs 00357/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: onze indicações (Prot. nºs 00372/2023, 00373/2023, 00374/2023, 00394/2023, 00393/2023, 00421/2023, 00420/2023, 00422/2023, 00423/2023, 00424/2023, 00427/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00366/2023); quatro requerimentos (Prot. nºs 00365/2023, 00478/2023, 00365/2023, 00431/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00426/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00368/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: sete indicações (Prot. nºs 00385/2023, 00386/2023, 00389/2023, 00388/2023, 00391/2023, 00447/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00392/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 00399/2023, 00400/2023, 00402/2023, 00403/2023); um requerimento (Prot. nº 00401/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00418/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00404/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00369/2023, 00370/2023, 00371/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: quatro indicações (Prot. nºs 00450/2023, 00449/2023, 00451/2023, 00452/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: oito indicações (Prot. nºs 00378/2023, 00377/2023, 00376/2023, 00380/2023, 00382/2023, 00463/2023, 00458/2023, 00459/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00457/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: quatro indicações (Prot. nºs 00367/2023, 00387/2023, 00390/2023, 00395/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00398/2023, 00461/2023); quatro moções de pesar (Prot. nºs 00396/2023, 00397/2023, 00462/2023, 00460/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00464/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 00443/2023, 00435/2023, 00446/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00440/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 00444/2023, 00442/2023); um projeto de lei (Prot. nºs 00445/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: duas indicações (Prot. nºs 00429/2023, 00430/2023); um requerimento (Prot. nº 00438/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: sete indicações (Prot. nºs 00434/2023, 00436/2023, 00437/2023, 00439/2023, 00441/2023, 0433/2023, 0432/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00428/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00454/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 00456/2023,



00455/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Senhor presidente, apenas para manifestar, em nome da nossa bancada, o deputado Coronel David falou aqui da Frente Parlamentar do Direito de Propriedade, tanto eu quanto o deputado Zeca do PT, realmente assinamos, porque concordamos com a propriedade privada adquirida de boa-fé, que seja produtiva, e que cumpra a sua função social como está na Constituição, inclusive, as terras indígenas demarcadas, as legitimamente, também, todas elas estão dentro desse conceito da criação da frente parlamentar que deputado Coronel David propôs. Conversamos a respeito disso, que foi externamente colocado pelo deputado, por isso que, obviamente, nós assinamos, porque concordamos com a propriedade privada, observados esses parâmetros, que são os parâmetros da Constituição Federal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Até porque nós juramos a Constituição, não é deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Até porque nós juramos a Constituição, não poderia ser diferente, mas apenas para poder esclarecer, já que fui questionado duas vezes por conta disso, eu quis registrar isso aqui. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, somente para reforçar a questão de ordem do deputado Ben-Hur...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Amarildo Cruz! Deputado Amarildo Cruz...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Desculpe! Estava me lembrando do Ben-Hur, uma bela figura, tanto quanto à figura do deputado Amarildo. Dois baluartes da política de nosso estado. Quero reforçar o pronunciamento do deputado Amarildo Cruz: sou absolutamente favorável ao direito de propriedade, deputado Coronel David. Aliás, o presidente Lula tem, reiteradas vezes, dito que a reforma dele é com paz, adquirindo terras, exatamente por isso que nós nos somamos à ideia da frente parlamentar, desde que, é lógico — ele pensa da mesma forma —, essa propriedade seja produtiva, cumpra com a função social, não tenha trabalho escravo e se incluam as propriedades definitivamente demarcadas, as dos povos indígenas e as dos quilombolas, sem absolutamente problema nenhum. Obrigado e parabéns, deputado Coronel David, pela iniciativa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência se manifesta honrosamente, por ver o deputado Coronel David, do PL, e o PT assinando



juntos a frente parlamentar e trabalhando juntos. Passemos a palavra ao nobre deputado, no Grande Expediente, Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor Presidente, gostaria de inverter meu tempo com o deputado Junior Mochi.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão de tempo, com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Quero, de modo especial, agradecer ao deputado Antonio Vaz pela inversão do tempo, para que eu possa fazer aqui o uso da palavra. Principalmente, senhor presidente, com relação à comissão de representação que acabei de propor no Pequeno Expediente, para que esta Casa tenha representação e direito a voz na audiência que vai tratar da relicitação da concessão da rodovia BR-163, que é a principal artéria rodoviária de Mato Grosso do Sul, cortando o estado de norte a sul. São oitocentos e quarenta quilômetros, atendendo dezenove municípios, com área margeando a BR-163. Não é só isso, todos os municípios de Mato Grosso do Sul fazem uso da BR-163; portanto, é a principal e a mais importante rodovia do nosso estado. Quero trazer alguns dados, para que a população entenda a importância disso. Essa rodovia foi concessionada em 2014 e — pasmem! — no dia 11 de abril de 2014, a CCR MS Via, a empresa concessionária que venceu o processo licitatório, assumiu todos os serviços, a manutenção, assumiu, de fato, a rodovia BR-163. No contrato de concessão, estava, em uma das cláusulas, previsto que, para iniciar a cobrança do pedágio, a concessionária teria que executar no mínimo 10% da duplicação da rodovia. De 11 de abril de 2014, quando iniciou, até setembro de 2015, a concessionária deu conta de edificar, ou de realizar, oitenta e seis quilômetros e trezentos metros dos oitocentos e quarenta quilômetros que tem a rodovia; portanto, pouco mais de 10% e implantou dez praças de pedágio. Então, em um ano e cinco meses, ela deu conta de fazer os 10% exigidos para que pudesse cobrar o pedágio. Implantadas as praças, iniciou-se, ainda em 14 de setembro de 2015, a cobrança do pedágio na rodovia. De 2015 a 2018, por trechos, ela ainda executou mais sessenta e quatro quilômetros; portanto, fez, em 2018, cento e cinquenta quilômetros, ou seja, menos da metade do que tinha... Um pouco mais da metade do que tinha executado antes. Ela executou, mas levou mais três anos para fazer. E desde 2018 — vai completar em 11 de abril a data da concessão, e em 14 [de setembro, data em] que se iniciaram as cobranças —, vão completar cinco anos que não houve nem mais um metro, nem mais um quilômetro de duplicação dessa rodovia. Ao contrário do que aconteceu no estado de Mato Grosso (nosso “estado-irmão”). A concessão foi uma só: de Cuiabá a Mundo Novo. Só que ela foi dividida em trechos: de Cuiabá até a divisa com Mato Grosso do Sul, em cima da ponte do rio Correntes, uma empresa; da empresa do início da divisa com Mato Grosso, no município de Sonora, da ponte do rio Correntes até Mundo Novo, outra empresa. Lá, uma realidade completamente diferente, já faz dois ou três anos que a rodovia está totalmente duplicada, as cidades são atendidas por viaduto de um lado ao outro, parece que nós estamos andando nas estradas do primeiro mundo. Infelizmente, aqui no nosso

estado, e eu não sei o motivo ao certo... Mas, enfim, isso não aconteceu. Não aconteceu da mesma forma como lá no estado de Mato Grosso na mesma concessão que foi feita para as duas rodovias. Agora, entramos com o pedido logo na primeira sessão, solicitando à ANTT que nos informasse acerca do processo de relicitação dessa rodovia, para ter uma nova concessão, para que possamos, enfim, ter os serviços pactuados nessa concessão sendo realizados. Isso nos foi informado pela ANTT — já saiu, inclusive, nos meios de comunicação —, que marcou uma audiência pública, para o próximo dia 27 de março. Ao enviar cópia da matéria, ela disse que vai relicionar em dois trechos. O que acho correto, isso deveria ter sido feito isso lá atrás. Um trecho da divisa até o encontro da rodovia BR-262, e o outro trecho, da rodovia BR-262 até Mundo Novo. Então, vai se dividir em dois trechos e será realizada uma audiência pública para receber as contribuições, as opiniões. Acho mais do que justo que a Assembleia Legislativa — representante da população deste estado que se utiliza dessa rodovia, por causa da importância da rodovia — tenha, e existe a previsão no nosso Regimento, uma comissão de representação para ter minimamente o direito a voz para opinar acerca dos problemas que nós vivenciamos com relação a esse atraso e a essa inoperância, ou ineficiência, podemos dizer assim, com relação à duplicação e aos serviços relacionados à BR-163. Então, senhor presidente, a nossa solicitação é a criação dessa comissão de representação, que Vossa Excelência indique três membros para que nós possamos participar dessa audiência pública e possamos, representando a sociedade de Mato Grosso do Sul, ter pelo menos voz, poderemos falar, indicar e dizer os problemas que temos. Se foi licitado e não houve todas as previsões, é muito esquisito. Uma empresa do tamanho da CCR, não ter observado tudo isso antes de entrar no processo licitatório de concessão! Porque, depois teve problema: “Ah porque tem parcela da rodovia que está abrangida por áreas indígenas e dificultou a expedição de licença para a construção”. Ora, o que nós temos a ver com isso? Estamos pagando. Há outras questões, não se discutiu sobre as travessias urbanas. Estava no projeto: travessias urbanas. Será que a empresa não andou na rodovia toda, não verificou os problemas, antecipadamente, que iria enfrentar com relação às travessias urbanas? Enfim, isso tudo tem que ser questionado. Eu acho que a empresa vai perder o contrato, obviamente, tanto é verdade que ela não pode sequer participar do processo de relicitação. Agora, de alguma forma eu entendo que ela tem que indenizar. Não temos a rodovia da forma como queríamos. Quantas vidas foram ceifadas, nesse período, porque essa rodovia não ficou pronta, não está duplicada, garantindo segurança a todos que trafegam? É a rodovia de maior movimento do estado. Então, queremos discutir essas questões nessa audiência pública que vai acontecer no próximo dia 27 de março. Deputada Mara, já vou lhe conceder o aparte. Então, entendo que esta Casa não pode ficar alheia a essa discussão, porque a nós, deputados, e principalmente para mim, que trafego quase toda semana por essa rodovia... A reclamação das pessoas: “Ah, vocês não vão fazer nada? Fazendo pedágio?” Eu disse que tem dois pequenos trechos, em São Gabriel e em Rio Verde, que estão prontos, deputado Hashioka, o senhor que é engenheiro e engenheiro de estrada, estão prontos dois trechos lá. “Imprimaram”, soltaram a massa e não liberaram, não concluíram um pedaço, um trecho da rodovia, não sei o que está acontecendo. Então, é preciso realmente que tenhamos uma explicação sobre isso tudo e que se retome, de vez, essa rodovia. Queremos,

obviamente, a rodovia pronta, duplicada, podendo atender os sul-mato-grossenses de forma digna. Deputada Mara Caseiro, concedo-lhe o aparte.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado Junior Mochi. Eu me somo a esse apelo, a esse clamor da sociedade. Hoje, vemos — eu, que passo praticamente quase todo o fim de semana entre Campo Grande e Mundo Novo — a inoperância da CCR em atender ao que estava no contrato, que seria a duplicação. Temos pouquíssimos trechos duplicados. Temos regiões, trechos onde nós temos os “guard rails” dos dois lados e quando passamos por ali, vemos que, infelizmente, se acontecer uma necessidade de desviar, não se tem para onde ir. Tivemos várias vidas ceifadas, inclusive pais de uma grande amiga, que, muito próximo a Eldorado, onde há um grande declive e um “guard rail” dos dois lados, eles não tiveram para onde ir. Esse casal acabou perdendo a vida, mas, não só eles. Infelizmente, nós temos muitas vidas que foram ceifadas nessa rodovia e nos vemos em cada situação! E o clamor também é praticamente o tempo inteiro, exigindo-nos e pedindo-nos que intercedamos. Acho muito plausível essa ideia de, realmente, termos representantes que possam participar e falar em nome desta Casa para que, realmente, essa rodovia seja duplicada. É necessário que se tenha um olhar mais cuidadoso, deputado, porque se passaram anos, não cumpriram o contrato e temos vidas sendo perdidas. Então, eu me somo ao seu clamor e acho muito plausível que possamos ter os representantes desta Casa falando em nome de Mato Grosso do Sul e de toda a sociedade sul-mato-grossense.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo, deputada Mara Caseiro, o seu aparte no meu pronunciamento. Deputado Roberto Hashioka, com satisfação que eu ouço Vossa Excelência.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Deputado Junior Mochi, quero me solidarizar com sua preocupação. Além da questão das vidas e dos inúmeros acidentes que aconteceram nessa rodovia ao longo dos anos, ainda mais depois de concessionada, que aconteceu em abril de 2014, como Vossa Excelência mesmo disse, é importante dizer que o pedágio foi cobrado ao longo de todo o tempo e menos de 20% da rodovia foi duplicada: foram cento e cinquenta quilômetros, de um total de oitocentos e quarenta quilômetros. Isso equivale a 18% de rodovia duplicada. Logicamente que, se está sendo feita uma rescisão contratual entre a ANTT, que é a Agência Nacional de Transporte Terrestre, e a CCR, não se pode tirar o direito de Mato Grosso do Sul ter a indenização. As vidas não podem ser recuperadas, mas pelo menos a CCR fica responsável em deixar o recurso já alocado para fazer as duplicações rapidamente, porque mesmo que seja feita a nova licitação, a empresa vencedora vai pedir um tempo para ter arrecadação e poder fazer e iniciar o serviço de duplicação. Então a CCR teria, por obrigação... Entendo eu que com a discussão que tem com a ANTT, que ela tem, ao longo do tempo, dos nove anos que ela já teve de faturamento, a CCR deixa os recursos já necessários para fazer trechos de duplicação, principalmente, onde tem maior gravidade, maior dificuldade no trânsito, oferecendo maior segurança para aqueles que ali transitam. Nós também transitamos por ali, não é deputada Mara? Quem vem de Nova Alvorada para cá, é um trequinho melhor; mas, quem desce ao sul do estado é bastante difícil, assim como para quem vai ao norte de



Mato Grosso do Sul. Então, quero me colocar aqui, deputado, à sua disposição, entendendo que é muito pertinente a sua colocação a respeito da BR-163.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço, deputado Hashioka, e também incorporo ao meu pronunciamento o seu aparte. Quero apenas fazer uma retificação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza. Só um minutinho para eu fazer uma correção, deputado Professor Rinaldo. Eu citei, 27 de março, mas é dia 22 de março a data da audiência pública. Então, é dia 22, e não dia 27. E os trechos são denominados pela ANTT como Rota Pantanal, que vai compreender o trecho da BR-163 entre Campo Grande e Sonora; e Rota Tuiuiú, que integra a BR-267 ao projeto, que compreende a região do entroncamento com a MS-386, na divisa com o Paraná, ao entroncamento da BR-262; já a BR-267 vai da região de Nova Alvorada do Sul até a divisa de São Paulo, mas eles estão prevendo aqui os trechos. É isso que eu estou colocando. Aqui está escrito que a Rota Pantanal vai compreender apenas o trecho de Sonora à Capital, que é de trezentos e setenta e nove quilômetros e seiscentos metros. Esse trecho passa pelas cidades de Coxim, Rio Verde, São Gabriel, etc. Já quem for gerir a Rota Tuiuiú, vai ter em torno de setecentos e quinze quilômetros de estrada para administrar. São cerca de quatrocentos e sessenta e oito quilômetros até Mundo Novo e mais duzentos e quarenta e sete quilômetros, que é do trecho da BR-262 à divisa com São Paulo. Então, estão licitando também o trecho da BR-267, que vai de Nova Alvorada até Bataguassu. É o que está aqui na audiência pública, por isso que entendo que a participação, deputado Roberto Hashioka, desta Casa... E digo mais, não somente desta Casa, entendo que, obviamente, o governo deve ter sido notificado também pela ANTT, mas, a participação do governo diante do interesse nesses processos de relicitação, não somente neste, mas, no processo de concessão das rodovias federais para as concessões estaduais também deve ter gente participando — o governo do estado —, para que possamos sair de lá com encaminhamento acerca dos projetos. Por que isso? Eu me lembro, e tenho certeza de que os deputados que estiveram comigo em outros mandatos também, de uma oportunidade em que eu e o deputado João Grandão recebemos a comunidade de Nova Alvorada em peso, porque colocaram os “guard rails” e atrapalharam, e muito, a atividade comercial de Nova Alvorada. Vieram todos aqueles comerciantes, porque não deixaram um viaduto, ou uma passarela, para que as pessoas pudessem atravessar de um lado para o outro. Isso sem contar os acessos. Então, colocaram “guard rails” nas estradas, não somente em Nova Alvorada, em São Gabriel, em vários outros municípios atrapalhando sobremaneira o trânsito, o comércio que dependia da BR-163. Isso aconteceu e foram vários os conflitos. Nós, entendendo que também havia uma causa maior, que era a segurança no trânsito e a duplicação da rodovia, fomos lá. Só que [os “guard rails”] permaneceram e a rodovia não foi duplicada. A atividade comercial nessas cidades que têm a sua sede margeando a BR-163 perderam muito. Com a palavra, e agradeço aqui o aparte, o deputado Professor Rinaldo.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu que agradeço a concessão do aparte, deputado Junior Mochi. Vossa Excelência que trafega muito na BR-163... Lembro que uma vez recebemos, em uma audiência, o representante da empresa, da concessionária... Fico sempre questionando essa questão da licitação, por que não realizou a obra? A empresa ganhou a licitação! Geralmente, em nosso País, as empresas mergulham em um preço, ganham e, depois, não dão conta. É inconcebível, é injustificável uma empresa que ganha uma licitação ao longo de quantos anos?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Trinta anos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — E recebem o dinheiro, o pedágio, e não acontece nada. Quero me solidarizar com Vossa Excelência nesse tema e essa audiência, sei que é uma questão federal, a bancada federal tem que participar efetivamente, não é verdade? Agora, estamos aqui sendo cobrados, porque estamos no dia a dia, visitando os municípios e as pessoas realmente não conseguem entender, e com muita razão... Então, deputado Junior Mochi, quero me solidarizar com Vossa Excelência e esperamos que, de uma vez por todas, essa obra seja concluída, porque não tem sentido pagar por algo que não está utilizando. Isso é um pedaço dessa BR que foi concretizado, essa BR que foi nominada como a “BR da Morte”, quantas pessoas não perderam suas vidas? Pessoas conhecidas nossas, da região entre Jaraguari e Coxim, dezenas de pessoas perderam suas vidas. Depois que se concretizou [a duplicação] — olha só a importância da duplicação —, praticamente zerou o número de mortes; mas, tem muito ainda a ser concretizado. Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer esse tema aqui na tribuna e esperamos que, de uma vez por todas, a situação seja melhorada. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu que agradeço e incorporo, deputado Professor Rinaldo, o seu aparte. Senhor presidente, vou para o encerramento, requerendo, novamente, a Vossa Excelência que, no mais breve espaço de tempo possível, de acordo com o que dispõe nosso Regimento Interno, possa ser criada essa comissão, para fazermos o contato com a ANTT, porque eles fixam prazo para receber as eventuais sugestões para que possamos participar presencialmente, ou eles oportunizam virtualmente. Até prefiro presencialmente, porque se consegue ter um debate melhor, consegue-se ter um posicionamento e conhecer o funcionamento, porque muitos são os fatos que envolvem essa concessão e a Assembleia Legislativa tem o direito, na condição de Poder que, legitimamente, representa o povo sul-mato-grossense, de tomar conhecimento de todos esses fatos. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência tomará as medidas em que diz respeito à comissão e comunicará Vossa Excelência.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, como líder do G-10, gostaria de fazer a indicação dos três membros que irão compor a CCJR, que será composta pelos seguintes membros titulares: os deputados Junior Mochi, Antonio Vaz e Pedrossian Neto. Tendo, como suplentes, os seguintes deputados: Professor Rinaldo, Neno Razuk e Marcio Fernandes. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência anota as indicações dos blocos. Gostaria que os blocos, cujos líderes indicaram os membros da CCJR — e eu já vi que a maioria dos membros já foram indicados também das outras comissões —, excepcionalmente da CCJR, eu gostaria de solicitar que se reunissem hoje para definir a presidência da CCJR, porque já estamos distribuindo — e já vou solicitar à nobre deputada Mara Caseiro e aos deputados Predrossian Neto, Antonio Vaz e João Mattogrosso — dois decretos de estado de calamidade. São decretos emergenciais por causa da questão das chuvas nos municípios de Ponta Porã e Ivinhema. Precisamos de que a comissão emita esse parecer ainda hoje para que, amanhã, pudéssemos colocar na Ordem do Dia. Então, solicito que Vossas Excelências possam fazer esse esforço coletivo, para votarmos esses decretos. Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença, em nosso Plenário, da senhora Paula, da advogada Paula Consalter Campos, primeira-dama do município de Ponta Porã; e do senhor José Divino Francisco da Silva, o popular “Fio do Povo”, vereador do município de Paraíso das Águas. Cumprimento-os e agradeço as presenças. Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, gostaria de formular aqui não só a utilização da palavra pela ordem, mas gostaria de formular uma questão de ordem, para que Vossa Excelência, no uso das atribuições legais, que foi investido como presidente desta Casa, respondesse a este parlamentar a questão de ordem. Senhor presidente, acabo de assistir à indicação de mais um membro do Bloco G-10 para vaga da CCJR; porém, gostaria de invocar, especificamente, os artigos 43 e 44 do Regimento Interno. Gostaria de ler e pedir atenção ao artigo 44, que diz: "As comissões se organizarão, em geral, dividindo-se o número de membros da Assembleia pelo número de lugares a preencher, e o número de deputados de cada partido ou bloco existente no início de cada sessão legislativa pelo quociente assim obtido, desprezada a fração. O quociente final, desprezada a fração, representará o número que cabe a cada partido ou bloco". Ou seja, são vinte e quatro deputados. Então, vinte e quatro dividido por cinco é igual a quatro ponto oito. Desprezada a fração, são quatro parlamentares. O parágrafo primeiro do artigo 44 diz o seguinte: "Os partidos ou blocos que não atingirem o quociente previsto neste artigo, elegerão um de seus representantes, para uma vaga e, restando ainda lugares a serem preenchidos, serão estes atribuídos ao partido ou bloco de maior representação". Faça essa leitura, senhor presidente, para dizer que a vaga não pertenceria ao Bloco G-10. Existe, há uma interpretação regimental no sentido de que possamos nos organizar em grupo. Então, estou invocando essa representação, esse entendimento regimental; mas,

na impossibilidade dele, quero dizer que a indicação que foi feita aqui anteriormente, também não obedece ao critério regimental, porque essa sobra pretendida, desconsiderando, presidente, a existência do nosso grupo, Conservadores, restariam lugares a serem preenchidos, o que eu entendo equivocadamente, mas, seriam atribuídos ao partido ou bloco de maior representação, neste caso, seria o Partido dos Trabalhadores, o PT. A nós, o nosso bloco que tem três membros, senhor presidente — e o PT também tem três membros na condição de partido —, nós fizemos através de entendimento político, e eu gostaria que Vossa Excelência percebesse a dificuldade que é para a direita e para a esquerda chegarem a um entendimento regimental, mas nós chegamos, presidente. Não sei se o deputado Amarildo Cruz está no Plenário. Como o Regimento Interno determina que, por questões políticas, chegue a uma resolução, os Conservadores e o PT chegaram a um entendimento, porque, equivalem-se na proporção de três, num critério de alternância de vagas, não é verdade, deputado Amarildo? De todo modo, presidente, se esta Mesa não considerar o nosso acordo, o nosso combinado com o Partido dos Trabalhadores, e desprezar a existência do que já foi formado nesta Casa que são os bloquinhos, que são os grupos que não atingem o quociente de oito, eu gostaria que fosse, então, essa indicação retirada do Bloco G-10 e explico: se o critério é quatro ponto oito, desprezando a fração, quem mais chega perto dessa sobra — é igual ao critério de regra eleitoral, que trouxe todo mundo para cá — só pode ser quem mais está perto dela, no caso três, que somos nós, ou o outro três, que é o PT. O Bloco G-10 tem dez, por isso que chama G-10. Então, para eles chegarem perto da terceira vaga, senhor presidente, pelo critério da lei das eleições que norteia o Regimento Interno, eles precisariam de quatorze ponto alguma coisa, não sei especificamente, mas eles precisariam de quatro membros a mais, do que nós e o PT, para ganhar direito à terceira vaga. Então, eu formulo a questão de ordem, invocando o Regimento Interno, nos artigos que mencionei, para que Vossa Excelência, não precisa ser agora, responda preferencialmente por escrito, porque eu entendo que o Regimento Interno, os acordos políticos e o critério da proporcionalidade devem ser prestigiados neste momento, não o critério da hipertrofia que o Poder Executivo normalmente pensa ter sobre o Legislativo. Aqui é uma crítica, senhor presidente. Era essa a minha questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência vai responder imediatamente a essa questão de ordem, porque entendo que Vossa Excelência foi literalmente expresso no que diz respeito ao partido ou ao bloco. O grupo de Vossa Excelência não tem bloco, não formalizou bloco aqui na Casa; aliás, dois membros do PL, que é o seu partido, fazem parte do Bloco G-10. Então, Vossa Excelência tem um trabalho individual, não é um bloco formado. O Regimento Interno fala bloco ou partido. Com relação ao PT, não foi formalizada nenhuma... Como partido, com três membros, poderia até o PT solicitar. No caso, Vossa Excelência está sozinho no partido, não é o seu partido [que está solicitando] e Vossa Excelência não pertence a um bloco. O PT poderia ter solicitado, mas a indicação do PT não aconteceu. Portanto, pela média proporcional, se você pegar três membros dividido por dez, dá três ponto três. Ninguém tem três pontos três por membro. Então, esta presidência vai manter a indicação, e qualquer questão pode ser feita por escrito que



nós vamos responder, Excelência. Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, presidente Gerson Claro Dino. Eu faço uso, neste momento, porque logo após ter deixado a tribuna, esteve presente o secretário, chefe da Casa Civil, deputado Eduardo Rocha, informando que na próxima sexta-feira haverá uma audiência na ANTT e que vão estar presentes o secretário Jaime Verruck — que também é o secretário de Agropecuária, Desenvolvimento, enfim, é um nome grande que eu não me lembro de todo ele —, juntamente com o secretário de Infraestrutura, Hélio Peluffo. Então, eles estarão na sexta-feira de manhã, em Brasília, na ANTT, para discutir essa questão relacionada à concessão da BR-163. Portanto, mais um motivo para que a comissão de representação seja criada o mais rápido possível, para podermos acompanhar isso.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, presidente

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para solicitar aos membros da CCJR que possamos nos reunir após a Sessão, deputados: Pedrossian Neto, João Mattogrosso, Antonio Vaz e Junior Mochi. Senhor presidente, essa era a minha questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A reunião pode ser no Plenarinho ou na Sala de Reunião da Presidência, que está à disposição. Não sei como será a convocação de Vossa Excelência. Como já atingimos o horário das 11 horas, passemos à **ORDEM DO DIA**. Em discussão. Seis requerimentos — e tem um requerimento em destaque —, trinta e nove indicações e duas moções de congratulação. Então, vamos colocar em discussão seis requerimentos, sendo que o Requerimento nº 356 está em destaque. Então, seis requerimentos, trinta... Pela ordem? Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Presidente, com relação ao Requerimento nº 356/2023, do nobre deputado João Henrique, gostaria de pedir vista para estudar mais a fundo o conteúdo desse requerimento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concessão de vista ao pedido de Vossa Excelência. Então, nós temos na pauta somente seis requerimentos e, com relação ao Requerimento nº 356, fica concedido o pedido de vista para Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão única e votação simbólica. Seis requerimentos, trinta e nove indicações e duas moções de congratulação. Não havendo quem queira impugná-los, dou-os por aprovados.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para informar que a reunião da CCJR será na Sala de Reunião da Presidência, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Logo que encerrar a Sessão, não é, senhora deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim, após a Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento da senhora Therezinha Mandetta Trad. Moção de pesar, proposta pelos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Maria Aparecida de Matos. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Neno Razuk, em razão do falecimento da senhora Ana Petzold Valle. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Neno Razuk, em razão do falecimento da senhora Elvira Ueno Araújo. Em votação. Não havendo oposição, duas por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pela ordem de inscrição, nas Explicações Pessoais, com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, o que me traz à tribuna, nesta manhã, é a situação preocupante em que se encontra o Hospital de Câncer Alfredo Abrão, aqui de Campo Grande, que hoje atende praticamente 70% dos pacientes oncológicos. Uma situação muito preocupante, porque o estado e a prefeitura — que são entes que poderiam oferecer, através dos serviços públicos de saúde, o atendimento aos pacientes com câncer —, nos últimos anos, transferiram a responsabilidade para o hospital que é hoje uma entidade privada, filantrópica, e que deveria atender os pacientes do SUS, do Sistema Único de Saúde, mas, atende também planos de saúde e pacientes particulares. O poder público é, sim, também responsável por essa situação de, hoje, deixar sem atendimento pacientes com câncer, que é uma doença grave, que não pode esperar, que precisa ser tratada com certa urgência. Até porque o paciente com câncer, quando tem um atendimento no início da doença, quando esse atendimento é efetivo, tem grandes chances de cura e de sucesso nesse tratamento. Inclusive, está aqui a nossa colega, deputada Mara Caseiro, que passou por este desafio em sua vida: de lutar contra um câncer. Digo isso publicamente, porque pode servir como exemplo para muitas pessoas, que é possível curar essa doença, tratá-la adequadamente e isso precisa ser feito com uma certa urgência. Dentro daquilo que se espera para um tratamento que está no início da doença, as chances de cura são bastante elevadas. Hoje, o que temos é que o Hospital Alfredo Abrão, que atende 70% dos casos de câncer, como eu disse aqui, dos pacientes... Não podemos aceitar que simplesmente ele tome a decisão de suspender os atendimentos, deixando os pacientes sem uma alternativa! Fiquei sabendo de casos dramáticos nesses últimos

dias, em que as pessoas estavam agendadas para tomar uma injeção para fazer o uso de um medicamento dentro de um cronograma estabelecido pelo médico, chegando lá, simplesmente disseram: “Olha, o seu tratamento está suspenso, você não vai tomar o medicamento hoje, a sua injeção não vai ser dada no dia de hoje”. A pessoa entra em pânico, a família entra em desespero, porque é um ente querido, que está ali na fila, fazendo um tratamento, que é sofrido, para uma doença que é grave e, de repente, o paciente recebe a informação de que o seu tratamento está suspenso e não existe uma perspectiva de quando ele vai ser retomado. Desde o dia 22 deste mês, deputado Pedrossian Neto, tivemos a suspensão dos novos atendimentos e pacientes que já estavam em atendimento estão recebendo agora essa notícia de que não vão ter mais a continuidade.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É uma situação muito séria, deve haver aqui uma articulação entre a prefeitura, que é a gestora plena da saúde, e o governo do estado, no sentido de ver o que está acontecendo. O hospital alega um déficit mensal de setecentos e setenta mil. Então, o que está acontecendo? Foi feita uma contratualização? O recurso público foi aplicado? O atendimento pelo SUS... O que aconteceu? Não está sendo suficiente o que está sendo repassado? Agora, o hospital também precisa abrir as contas, abrir para a sociedade informando onde é que o dinheiro está sendo aplicado. Como? Quando? Qual é o montante? O que está acontecendo? Estamos precisando de uma resposta. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Primeiro, quero parabenizá-lo, deputado Pedro Kemp, pela pertinência em expor esse assunto — aqui, nesta Casa de Leis — que, realmente tem chamado muito atenção e preocupado aqueles que estão atentos à situação da saúde em Campo Grande e em Mato Grosso do Sul. Quem tem câncer não pode esperar um único dia sequer, porque a pessoa está em um dos momentos mais dramáticos da sua vida e, naturalmente, o seu tratamento deve ser feito de maneira célere e tempestiva. Só quero fazer uma observação, porque a realidade é a seguinte: o Hospital de Câncer tem feito um calvário, batendo de porta em porta em cada uma das instituições e, principalmente, na Prefeitura Municipal de Campo Grande, que é gestora plena desse contrato, a quem compete contratualizá-lo e a quem responde pelo equilíbrio econômico e financeiro. E a despeito de ter feito todo esse calvário, a despeito de ter alertado seguidamente as autoridades e o Fundo Municipal de Saúde de Campo Grande, muitas e muitas vezes, algumas delas formalmente e por escrito, alertando sobre o iminente colapso do hospital, recebeu o silêncio como resposta. Então, aqueles que estão acompanhando há algum tempo a situação desse hospital não estão surpresos que tenhamos chegado a essa situação de acirramento que estamos vivendo. Estive, há cerca de uns quinze dias, antes do Carnaval, com o diretor-presidente do hospital, o doutor Amilcar, que havia falado sobre esse desequilíbrio do contrato no valor de setecentos e setenta mil reais, todo santo mês. A receita do hospital é menor do que a sua despesa, no valor de setecentos e setenta mil reais. O que o hospital tem feito para se financiar? Ele chega ao fim do mês e tem um consignado com os bancos,

principalmente com a Caixa Econômica Federal, e vai rolando a dívida. Só que isso tem um limite. Tal como o caso da Santa Casa que expus em ocasião passada, o Hospital de Câncer enfrenta a mesma situação. Então, temos um problema de subfinanciamento dos principais hospitais — Santa Casa, Hospital de Câncer e Hospital Cândido Mariano — que precisa ser tratado, inicialmente, pelo município de Campo Grande, que é gestor pleno, e pelo governo do estado. Vamos convidar o secretário Maurício Simões, para que venha participar, uma vez que o financiamento da saúde é tripartite, é a União, estado e município. E uma última questão, deputado, que me chama atenção, é sobre uma distorção do relacionamento do poder público com os hospitais, especificamente, e quero verificar a pertinência de apresentar um projeto de lei nesse sentido. Quando o poder público contrata um serviço como, por exemplo, de energia elétrica, de fornecimento de energia elétrica com a Energisa, esse contrato é reajustado anualmente. Quando ele contrata o serviço de água e esgoto, esse contrato é reajustado anualmente. Quando você contrata uma empreiteira, ou uma empresa de publicidade, ou uma empresa de software, ou um fornecimento de bens para merenda escolar, todos esses contratos são reajustados anualmente por um indicador que o contrato estabelece, geralmente IPCA ou IGP-M. Eis a distorção: os contratos dos hospitais não têm cláusula de reajuste. Então, o que acontece, basta o poder público silenciar por um ou dois anos, que nós vamos ter uma inflação médica, a inflação dos medicamentos, a inflação do material hospitalar e ambulatorial, o dissídio coletivo das categorias da Enfermagem, da Medicina, da Fisioterapia, dos auxiliares que o contrato vai se tornando defasado. Já sabemos do problema da distorção da tabela SUS, mas nós podemos aqui estabelecer a obrigatoriedade, isso que eu gostaria de dividir com os senhores e até convidar os outros parlamentares que possam subscrever essa ideia conosco, para apresentar uma ideia de obrigatoriedade na contratualização e estabelecer uma cláusula de reajuste. Por que não? Por que todos têm cláusula de reajuste, menos os hospitais? Podem ter certeza de que, se nós tivéssemos essa cláusula de reajuste, lá atrás, no Hospital de Câncer, o contrato não estava desequilibrado. Se tivéssemos, lá atrás, com a Santa Casa, o contrato estaria menos desequilibrado. Então, eu acho que precisamos ter um esforço de todos aqueles que se preocupam, tal como Vossa Excelência, para fazer com que a saúde cumpra o dispositivo constitucional: saúde é um direito de todos e uma obrigação do estado brasileiro. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado Pedrossian Neto, e sinto que é uma discussão importante a ser feita. Eu acho que Vossa Excelência coloca aqui uma questão que precisa ser debatida pelos hospitais filantrópicos, pelo poder público, para encontrar uma saída, porque, vez ou outra, temos esse problema, seja na Santa Casa, que é um problema crônico, de muitos anos, seja com relação, agora, ao Hospital de Câncer, que presta um serviço importante para uma população bastante significativa de pacientes oncológicos. Então, não pode a saúde mais ser tratada dessa forma, porque o que vemos, às vezes, é um jogo de empurra; vão para cima da prefeitura, a prefeitura fala: “Não, estou fazendo a minha parte”. Joga para o governo do estado, o governo do estado diz: “Não, é gestão plena da saúde, isso é com o município”. Mas quem acaba sofrendo com esse jogo de empurra é o paciente que está enfrentando uma doença

grave e que tem o seu atendimento suspenso, o seu tratamento suspenso. Concedo um aparte ao nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, primeiro quero parabenizá-lo por trazer esse assunto para discussão. Eu também conheço bem o Hospital de Câncer, conheço muito o senhor Amilcar, que é o atual presidente da instituição, sei da seriedade com que são conduzidos os trabalhos da frente da gestão do Hospital de Câncer. Costumamos dizer que a saúde tem dois grandes problemas: gestão e recursos. Vejo que esse primeiro problema de gestão, pelo menos em todas as oportunidades que visitei a instituição, eles procuram fazer o máximo com o pouco que recebem; mas, nós temos que ter um pouquinho mais de profundidade nessa discussão. Estamos, deputado Pedro Kemp, desde 2011 sem aumento dos tetos financeiros da saúde. Desde 2011, o teto do SUS não tem reajuste. Os procedimentos que são pagos, hoje, pelo SUS são os mesmos de 2011, não tem lógica! Então, é preciso que essa questão seja realmente um assunto de prioridade em nível nacional, em nível federal e, obviamente, seja encarada pelo estado. Hoje, tive a oportunidade, sete e meia da manhã, de tomar um café lá no Hospital São Julião, conhecendo a estrutura, conhecendo o trabalho, as especialidades e o belíssimo trabalho que prestam. Eles colocaram essa mesma questão que o senhor teve a oportunidade de constatar no Hospital de Câncer. Cada uma das unidades hospitalares de Mato Grosso do Sul, cuja fonte principal da sua arrecadação é o SUS, está deficitária. Ou ela tem alguma benemerência grande de alguém que ajuda a compor os custos do hospital. Eu falo sempre, sobre o Hospital de Câncer, que é preciso que o povo sul-mato-grossense o conheça melhor, participe, porque nós temos vários leilões, e eu não estou aqui fazendo crítica, não, é importante, mas o Hospital de Câncer de Barretos tem leilões no estado inteiro e arrecada recursos de grande monta para repasse lá. Por que uma parte não pode ser repassada também ao Hospital de Câncer local? Estamos estruturando-o, é um hospital, hoje, que dá atendimento à maior parte da população de Mato Grosso do Sul. Então, eu quero... Acho que trazer esse assunto para a Casa, como o senhor está trazendo hoje, é importante. É importante, realmente, que as autoridades públicas constituídas, em especial o secretário de estado de Saúde, que é responsável pela gestão da saúde pública, tenham um olhar diferenciado para essas instituições. Assim como o Hospital de Câncer e outras instituições que realmente focam no atendimento gratuito à nossa população e oferecem resolutividade na saúde. A resolutividade, eu falo que é uma palavra simples, mas, muito impraticada ainda na nossa saúde. É você ter resolutividade em nossos hospitais, em especial um hospital que trata da doença mais séria, que mais mata em nosso País. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço e incorporo, em meu pronunciamento, o aparte de Vossa Excelência. Acho importante essa colocação que Vossa Excelência faz sobre a necessidade de reajuste dos procedimentos do SUS. Nós sabemos que também há uma defasagem muito grande na remuneração dos atendimentos pelo SUS e esse fato é importante. Queria trazer também uma discussão dessa política, nos últimos anos, de transferência de responsabilidades do poder público para a iniciativa privada, deputado Amarildo Cruz. Eu me lembro de quando estava na Assembleia Legislativa e o Ministério da Saúde — parece-me que no governo da ex-presidente Dilma — ofereceu para o estado de Mato Grosso do Sul

cinco aparelhos de aceleradores lineares, que nós conhecemos como máquina de radioterapia, e o estado simplesmente repassou esses aparelhos. Por exemplo, o que deveria ter sido instalado no Hospital Regional de Campo Grande, não foi; e, com isso, ficamos nas mãos da iniciativa privada e desses contratos que são feitos com o poder público. Acontece que, quando a iniciativa privada fala: “Não estou aguentando, não vou atender mais”. E, depois, simplesmente fecha! Para onde vai correr a população? Então, é também a necessidade de chamarmos a atenção do governo do estado, porque é a nossa responsabilidade aqui na Assembleia Legislativa: fiscalizar, cobrar e acompanhar para que a Secretaria de Saúde também possa fazer um planejamento no sentido de que ofereça atendimento público à população e não transfira toda a responsabilidade para a iniciativa privada, deixando a população muitas vezes sem atendimento. Então, é o que está acontecendo hoje com relação a essa crise do Hospital de Câncer e nós entendemos que o financiamento não é reajustado, como disse aqui o deputado Pedrossian, que a remuneração dos procedimentos pelo SUS está abaixo e que há muito tempo não é reajustado. Entendemos tudo isso, mas, não dá para o estado abrir mão da sua responsabilidade de oferecer o serviço público à população. Antes de conceder um aparte a Vossa Excelência, deputado Amarildo Cruz, quero dizer que o Hospital de Câncer recebeu um investimento público para reformas e construção, recebeu aparelhos e equipamentos do poder público. A população, que necessita do atendimento, não pode ficar na mão, porque tem investimento público ali dentro. Investimento que deveria estar lá no Hospital Regional; e a população, agora, fica sem atendimento. É preciso deixar esse jogo de empurra e os entes devem se reunir, prefeitura, governo do estado, chamar a responsabilidade da União para ver como é que faz. Não só resolver a crise financeira do Hospital de Câncer, mas também que o poder público — seja o estado ou a prefeitura — possa oferecer esses serviços à população. Concedo um aparte ao deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer esse tema para a tribuna. Apresentei um requerimento, agora de manhã, solicitando as informações ao poder público com relação à contratualização com o Hospital Alfredo Abrão exatamente por conta de toda essa polêmica e o cessamento de prestação de serviço à população carente, já que 90% do atendimento é SUS e obviamente as pessoas que estão lá, carentes, que necessitam do atendimento, não estão conseguindo mais tê-lo em função dessa interrupção. A Assembleia tem todas as condições para colocar essa questão da saúde no centro do debate e, com isso, nós prestarmos um relevante serviço à sociedade. Nosso povo, principalmente a população mais fragilizada, fica praticamente refém e sem opções em momentos como esse. Em todo momento acontece esse tipo de problema, de falta de financiamento: é na Santa Casa, é no Hospital Alfredo Abrão. Interrompe-se o tratamento que afeta 90% da população mais fragilizada, porque o restante da população vai para os hospitais particulares. Então, temos que debater essa questão com a importância que ela tem e fazer, por exemplo, a continuidade de um trabalho que, em 2013, fizemos aqui. O deputado Junior Mochi foi o relator de uma CPI, a qual eu presidi, aqui nesta Casa e que fez um levantamento — durante um bom período, foram seis meses — sobre isso que acontece não só aqui em Campo Grande, como nos principais municípios onde nós estivemos e o problema é o mesmo. Falta financiamento? Falta, é verdade. A tabela do SUS precisa ser atualizada? Sim, é

verdade; mas ficou evidente, ficou claro e cristalino — e quem quiser, nós temos todo o relatório que foi feito, com toda investigação que foi feita e que prova o que nós estamos dizendo — que o problema, talvez o mais grave de todos, é o problema de gestão, deputado Pedro Kemp. O Hospital Alfredo Abrão... Quem construiu o Hospital Alfredo Abrão? Só eu, durante a construção, como deputado, fui pelo menos umas três ou quatro vezes a solenidades. Quando construiu um andar, inaugurou um andar, tudo financiado com o quê? Com dinheiro público! Tudo com dinheiro público. Construído e equipado com dinheiro público. A iniciativa privada é quem vai fazer a gestão, porque é uma sociedade beneficente. Está certo. É uma sociedade beneficente que utiliza a legislação, a Lei do SUS, por exemplo, quando ela permite uma exceção, que é terceirizar um serviço, porque não tem na rede pública, mas usa essa exceção como regra. Dentro do hospital, quase 90% de tudo que você faz está terceirizado com outras empresas; aí entra o lucro e onde entra o lucro, a saúde deixa de ser prioridade. Esse é o ponto central do caos da saúde. Se não tivermos coragem de discutir essa questão e trouxermos aqui o Ministério Público Federal, ou o Ministério Público Estadual, para dizer o que está sendo feito; e membros do controle social, como o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde, para dizerem o que está acontecendo, porque não somos nós que estamos enxergando isso agora. Isso passa pelo crivo e análise desses conselhos, do Ministério Público, das varas especializadas, porque a reclamação chega até esses setores. A reclamação do cidadão comum, que muitas vezes não tem como se tratar, não tem medicamentos, não tem condições e muitas vezes vê o seu parente, alguém da sua família, um familiar, um amigo, morrer sem assistência necessária preconizada na Constituição, que é um direito de todos os cidadãos brasileiros. Isso é uma vergonha. O que nós poderíamos fazer, deputado Pedro Kemp... Eu fiz o requerimento, Vossa Excelência fez e está falando sobre esse tema, o deputado Pedrossian Neto falou aqui, a deputada Mara Caseiro vai falar, o deputado Junior Mochi, o deputado Gerson Claro, presidente, todos que estão na Sessão, tenho certeza de que todo mundo aqui está preocupado com essa questão. Se nós estamos preocupados mesmo, de verdade, vamos nos debruçar sobre essa grande questão, porque se trata da preservação da vida. Não tem nada mais importante do que a vida; sem ela, acabou tudo isso. A saúde é fundamental, vamos nos debruçar de verdade, vamos discutir com o SUS o reajuste, mas vamos discutir a gestão desses hospitais que recebem dinheiro público, vamos discutir o conselho, vamos discutir o controle social, vamos discutir com o Ministério Público as providências que são tomadas, se nós conseguirmos, enquanto instituição, fazer isso de uma maneira forte, articulada e bem feita, nós podemos dar um passo adiante, melhorar, porque senão, vamos ser nós, sozinhos, aqui discutindo, levantando, tomando providências... Sozinhos, é muito difícil. Nós sabemos dos limites, por isso que falo à Casa como um todo, assim poderemos chamar atenção, propor mudanças dentro do sistema de controle social, principalmente, porque lá também tem problemas! Dentro do controle social tem problemas, no conselho estadual, no conselho municipal, que é composto metade por usuários, outra metade por funcionários. Os representantes das entidades que prestam serviços, muitas vezes, não agem da maneira como deveriam agir. Por que, muitas vezes, não agem? Porque, muitas vezes, têm um pé em outro lugar onde não deveria. Acabam não fazendo a representatividade delegada pelo povo como deveria ser feita. É uma série de problemas, vejam a complexidade disso tudo. Se nós não discutirmos essa

complexidade com profundidade e com a intenção, efetivamente, de fazer alguma coisa que possa mudar esse cenário, daqui a alguns dias poderemos resolver o problema do Hospital Alfredo Abrão. Do contrário, daqui a alguns dias estará de novo a Santa Casa, daqui alguns dias vai estar de novo o Hospital Alfredo Abrão, vai estar a mesma novela de sempre. Ou fazemos isso, acho que é a grande contribuição que a Assembleia pode dar a esta discussão, ou então nós corremos o risco de chover no molhado. Obrigado, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço e incorporo, em meu pronunciamento, o aparte de Vossa Excelência, que colocou aqui questões muito importantes. A CPI que foi feita nesta Casa, presidida por Vossa Excelência, trouxe resultados significativos e elucidou muitas questões relacionadas ao problema da saúde aqui em nosso estado. Temos que fazer, realmente, esse debate, porque saúde é prioridade número um. Se não tivermos saúde, vamos discutir o quê? Asfaltar, construir para quem? Então, é preciso preservar a vida. Deputada Mara Caseiro, concedo-lhe um aparte.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado Pedro Kemp. Não poderia deixar de vir aqui, porque soubemos, com muita tristeza e preocupação, que o Hospital de Câncer Alfredo Abrão pode fechar as suas portas. Isso é muito sério e muito preocupante. Em 2006, quando eu fiz o tratamento do câncer, não fiz o tratamento aqui em Mato Grosso do Sul, eu fiz em Cascavel, porque essa cidade fica a cento e sessenta quilômetros de Eldorado e era o centro mais próximo onde eu podia fazer meu tratamento. Fiz no Hospital Uopecan, que é também um hospital filantrópico. De 2006 para cá, essa instituição só vem aumentando, só vem produzindo grandes retornos para a população, não só do Paraná, mas, talvez, de todo o Brasil. Também é uma instituição filantrópica e também tem problemas com os repasses do SUS, e é claro que não podemos fechar os olhos para isso. Essa tabela está defasada há anos, é claro que precisa se debruçar sobre essa questão, lá também tem esse problema. E eles, além de ter casa de apoio, casa de recuperação, estão ampliando suas unidades, inclusive agora tem a unidade do Hospital Uopecan em Umuarama, que eu fui lá conhecer também. Acho que precisamos nos debruçar — realmente, como disse aqui o deputado Amarildo Cruz, como o senhor mesmo falou — com relação a esse problema. Trazer, sim, esse tema para dentro desta Casa. Eu me lembro que teve um ano em que nós fizemos isso com a Santa Casa e demos, pelo menos construímos, uma solução com todos os entes que precisam participar, efetivamente, financeiramente, mas, também, analisando a gestão dessa instituição. Eu me coloco à disposição, acho que nós temos essa responsabilidade e comprometimento. E quando eu falo em câncer, eu me reporto ao ano de 2006; só estou aqui hoje porque eu descobri em tempo e tive um tratamento em tempo, também, de ser curada. E é isso que queremos oferecer para todas as pessoas que precisam desse tratamento no estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputada Mara Caseiro e queremos que toda a população tenha este direito que Vossa Excelência teve: de fazer um diagnóstico cedo e, depois, fazer o tratamento no tempo certo, para justamente conquistar a cura. Ficamos preocupados, então, com essa situação e faço aqui um



apelo ao governo do estado, para que tome para si, também, a responsabilidade de discutir, não só a crise do Hospital Alfredo Abrão, mas também de como ele pode contribuir mais para que a população tenha esse atendimento. Quando o Hospital Regional abriu mão de instalar ali um acelerador linear para fazer o atendimento público à população pelo SUS, ficamos preocupados, porque esse hospital, no passado, foi alvo de uma operação chamada Sangue Frio e, depois, ficou sendo conhecido como a Máfia do Câncer. Na época, os administradores do Hospital de Câncer tinham também clínicas particulares e desviavam pacientes para suas clínicas particulares. Então, nós tivemos ali um problema muito sério de transferência de responsabilidades e pacientes que deveriam ser atendidos, recebidos gratuitamente o atendimento que é devido pelo SUS, tiveram que recorrer a essa terceirização de serviços e nós sabemos que, depois, isso foi alvo de investigação e até responsabilização das pessoas que estavam à frente da administração do hospital. Nós não queremos que isso aconteça. O deputado Amarildo colocou muito bem aqui a mercantilização dos serviços de saúde e que tem prejudicado aqueles que necessitam do atendimento público, que é um direito constitucionalmente assegurado a todas as pessoas: o acesso aos serviços de saúde. Então, nós precisamos fazer esse debate, cobrar das autoridades em saúde uma solução. Quero destacar a proposta feita pelo deputado Pedrossian Neto, de que é preciso também rever esses contratos que são feitos de financiamento, para que não tenhamos essa novela se repetindo a cada ano, seja em um hospital ou outro, e quem paga o pato é a população, porque são os doentes que ficam sem atendimento. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado. E agradeço, inclusive, a condescendência de Vossa Excelência com o tempo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O assunto merece todo o nosso respeito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, senhor presidente, fico muito feliz que Vossa Excelência tenha agido dessa forma.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Lembrando o pessoal da CCJR: reunião agora lá na Sala de Reuniões da Presidência. Está encerrada a Sessão (11h 41min).